



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 036

De 08 de abril de 2008.

**DISPÕE SOBRE O ESTATUTO E O PLANO
DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO
DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte.

L E I

TÍTULO I

**DO ESTATUTO E DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO
MAGISTÉRIO.**

**CAPÍTULO ÚNICO
DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS**

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, nos termos da legislação vigente observada as peculiaridades do Município.

Art. 2º. A presente Lei, norteadas pelos princípios do dever do Estado para com a educação pública, gratuita e de qualidade para todos e da gestão democrática do ensino público, tem por finalidades:

- I. a valorização e o estímulo dos profissionais do magistério público;
- II. a melhoria do padrão de qualidade do ensino público municipal.
- III. a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Secretária de Educação, Esporte e Cultura à comunidade.

Art. 3º - A valorização dos profissionais do magistério público será assegurada pela garantia de:



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

- I. ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II. aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III. vencimento básico;
- IV. remuneração condigna dos profissionais em efetivo exercício no magistério público municipal;
- V. progressão funcional baseada no tempo de serviço, na titulação, na avaliação desempenho e capacitação docente;
- VI. período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluídos na carga horária de trabalho;
- VII. condições adequadas de trabalho, considerando espaço físico modernizado, número adequado de alunos por sala de aula e equipamentos compatíveis com as novas tecnologias da educação.

Art. 4º. A distribuição de alunos por ciclos ou séries equivalentes de forma compatível com ensino de qualidade observará os seguintes parâmetros:

- I. criança de zero a um ano (00 a 01 ano): 06 (seis) crianças/um professor de educação infantil;
- II. criança de um a dois anos (01 a 02 anos): 08 (oito) crianças/um professor de educação infantil;
- III. criança de dois a três anos (02 a 03 anos): 12 (doze) crianças/um professor de educação infantil;
- IV. criança de quatro a cinco anos (04 a 05 anos): de 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) crianças/dois professores por turma de educação infantil, sendo um professor titular e outro auxiliar.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

V. I ciclo ou séries equivalentes do Ensino Fundamental: 25 (vinte e cinco) alunos;

VI. II ciclo ou séries equivalentes do Ensino Fundamental: 40 (quarenta) alunos

VII. III e IV ciclos ou séries equivalentes do Ensino Fundamental: 40 (quarenta) alunos.

**TITULO II
DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 5º. O presente Estatuto dispõe sobre os aspectos gerais do Magistério Público Municipal de Campina Grande e sobre os direitos e deveres dos profissionais que o integram.

Art. 6º. O Regime Jurídico do pessoal do Magistério Público Municipal é o Estatutário, de acordo com o que dispõe a Lei nº. 2.378 de 07 de janeiro de 1992.

Art. 7º. Para efeito desta Lei, consideram-se:

I. Magistério Público Municipal – conjunto de profissionais em educação que exercem atividades de docência; os que oferecem assessoramento pedagógico direto a tais atividades, tais como as atividades de Direção, Administração e Inspeção Escolar, Supervisão, Orientação Educacional e Psicopedagógica, as de Orientação escola/comunidade e de Tradução e Interpretação de LIBRAS.

II. Professor – profissional do Magistério Público Municipal que exerce atividades docentes.

III. Cargo do Magistério Público Municipal – conjunto de atribuições de mesma natureza e iguais responsabilidades cometidas a um servidor, com denominação própria, quantitativo certo e vencimento básico, de provimento em caráter efetivo.

IV. Quadro do Magistério Público Municipal – conjunto de cargos e funções sob a responsabilidade dos profissionais do magistério municipal.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

V. Função – atividade desempenhada pelos profissionais do magistério ligados ao funcionamento do sistema municipal de ensino e ao aperfeiçoamento da educação.

VI. Funções do magistério: conjunto de atribuições conferidas aos professores e técnicos em educação no desempenho de atividades educativas, quando desempenhadas em estabelecimentos de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, de acordo com a Lei Federal nº. 11.301/2006.

VII. Sistema Municipal de Ensino: compreende toda a organização escolar do município, constituída pela Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, pelos Conselhos a ela vinculados e as Unidades de Ensino mantidas pela Prefeitura Municipal de Campina Grande.

**CAPÍTULO II
DO INGRESSO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO**

Art. 8º. Os cargos de provimento efetivo do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal são acessíveis aos brasileiros e aos estrangeiros, na forma da Lei, com ingresso exclusivamente através de concurso público de provas e títulos, e que preencham os requisitos estabelecidos na legislação específica, consideram-se ainda como exigência básica para investidura:

- I. a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- II. estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- III. possuir a habilitação mínima exigida para o exercício do cargo;
- IV. o gozo dos direitos políticos;
- V. ter aptidão física e mental.

§ 1º. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º. A realização do concurso público de provas e títulos de que trata o presente artigo, cabe à Secretaria de Educação, Esporte e Cultura articulada com a Secretaria de Administração no que lhe couber.

§ 3º. O concurso será realizado de acordo com as normas estipuladas em edital específico, que deverá distribuir as vagas por localidades e/ou zonas (rural e urbana) no Município, critério que será rigorosamente observado na nomeação, sendo vedada à transferência entre zonas após a nomeação.

§ 4º. A validade do concurso será de 02 (dois) anos, a partir da data da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, através de ato do Executivo Municipal.

Art. 9º. Os requisitos de habilitação para o provimento dos cargos do Magistério Público Municipal, constam no Anexo II desta Lei.

**CAPÍTULO III
DA ADMISSÃO, DESIGNAÇÃO E EXERCÍCIO.**

Art. 10. A nomeação para os cargos de provimento efetivo da Carreira do Magistério Municipal, compete ao chefe do Poder Executivo Municipal observado a ordem de classificação obtida no concurso público e a comprovação da habilitação profissional exigida para o cargo.

Parágrafo Único – O candidato aprovado que, no momento da nomeação, não apresentar provas da habilitação profissional exigida para o cargo, perderá os direitos aos resultados obtidos no concurso público e, em consequência, ao cargo da Carreira do magistério.

Art. 11. Os profissionais do magistério, uma vez admitidos, serão lotados na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, cumprindo estágio probatório de 3 (três) anos.

Art. 12. Somente poderá ser admitido o profissional que gozar de boas condições de saúde física e mental, comprovada em inspeção realizada por órgão médico oficial.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 13. O titular da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura designará o profissional do magistério, para a unidade ou o órgão onde deverá exercer sua função, de acordo com os horários e necessidades do Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º. A designação poderá ser alterada a pedido do interessado, respeitados, prioritariamente, os interesses do sistema municipal de ensino ou por necessidade do serviço, respeitando-se o disposto no § 3º. do art. 8º.

§ 2º. A transferência do servidor de uma unidade de trabalho para outra se dará em época de férias escolares, salvo o interesse do sistema municipal de ensino.

§ 3º. O profissional do magistério poderá solicitar sua transferência para outra unidade, depois de cumprido o devido interstício probatório, segundo o calendário proposto pela Secretaria de Educação.

Art. 14. A posse do nomeado ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato do provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

**CAPÍTULO IV
DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Art. 15. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade será objeto de avaliação obrigatória.

Art. 16. Durante o período de estágio probatório será observado o cumprimento pelo servidor integrante da carreira do Magistério os seguintes requisitos:

- I. assiduidade e pontualidade
- II. idoneidade moral;
- III. disciplina;
- IV. eficiência;
- V. responsabilidade;
- VI. capacidade para o desempenho das atribuições específicas do cargo;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

VII. produção pedagógica e científica;

VII. frequência e aproveitamento em cursos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação do Município ou por instituições credenciadas.

Art. 17. A aferição dos requisitos do estágio probatório, bem como homologação do resultado, será promovida na forma e prazos estabelecidos por regulamentação específica para esse fim.

**CAPÍTULO V
DO REGIME DE TRABALHO**

Art. 18. O regime de trabalho dos profissionais da carreira do magistério municipal é de 25 (vinte e cinco) horas semanais, cumpridas em unidade escolar, sendo 20 (vinte) horas-aula em regência de classe e 05 (cinco) horas-aula em outras atividades.

Parágrafo Único – tendo em vista o interesse da Rede Municipal de Ensino, as 05 (cinco) horas-aula previstas no caput deste artigo poderão ser, temporariamente, cumpridas em programas de formação continuada promovidas pela SEDUC.

Art. 19. O professor poderá ser convocado para cumprir jornada de trabalho, em dois turnos, como período facultativo, mediante a devida compensação remuneratória.

Art. 20. A jornada de trabalho do ocupante do cargo de Diretor será de 40(quarenta) horas semanais, e a do Diretor Adjunto de 20(vinte) horas semanais.

**CAPÍTULO VI
DOS DIREITOS**

Art. 21. São direitos dos profissionais do magistério:

I. remuneração de acordo com a titulação, a habilitação e o regime de trabalho, conforme o estabelecido nesta Lei, independentemente do nível,



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

ciclo ou séries equivalentes, bem como da modalidade de ensino, funções ou atividades em que atuem;

II. escolha e aplicação dos processos didáticos e as formas de avaliação de aprendizagem, observadas as diretrizes do Sistema de Ensino;

III. disposição, no ambiente de trabalho, de instalações e material didático ou de outra natureza suficientes e adequados ao desempenho de suas funções;

IV. participação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

V. ter assegurado oportunidade de freqüentar cursos de formação continuada, atualização e especialização profissional a critério da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura;

VI. receber dos serviços especializados de educação, assistência ao exercício profissional por meio de formação continuada.

VII. participar do processo democrático de gestão escolar;

VIII. ter assegurada progressão funcional baseada no tempo de serviço, titulação, capacitação e avaliação de desempenho, conforme requisitos dispostos nesta Lei.

**CAPÍTULO III
DAS FÉRIAS**

Art. 22. Fica garantido aos profissionais da Educação o direito ao gozo de 30 (trinta) dias de férias coletivas no mês de janeiro, excetuando-se os casos previstos no § 2º deste artigo.

§ 1º. Aos docentes em efetivo exercício em sala de aula, também será garantido um recesso de 15 (quinze) dias no mês de junho.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º. Os ocupantes das funções de Direção ou de Direção Adjunta da Unidade de Ensino Fundamental, de Direção de Unidade de Educação Infantil, bem como o Grupo Técnico Administrativo e de Apoio, gozarão férias coletivas no mês de janeiro ou de acordo com as conveniências do Sistema Municipal de Ensino, obedecendo a critérios da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

§ 3º. É vedada a acumulação das férias anuais, salvo imperiosa necessidade do serviço, e, no máximo, por 02 (dois) períodos.

Art. 23. Independentemente de solicitação será pago aos profissionais do quadro do magistério, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da sua remuneração, no mês de aniversário do período aquisitivo.

**CAPÍTULO IV
DAS LICENÇAS**

Art. 24. Além das licenças estabelecidas na Lei 2.378/92, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, poderão ser concedida, aos profissionais do magistério, licença para:

- I. freqüentar cursos de formação ou capacitação profissional;
- II. participar de congressos, simpósios e demais encontros de caráter técnicos ou científicos, relacionados à área educacional do Sistema de Municipal de Ensino.
- III. participar de congressos e eventos similares, de natureza profissional ou sindical, para os quais houver sido indicado pela categoria ou pela entidade sindical.

Parágrafo Único – A liberação mencionada nos incisos I, II e III deste artigo, dependerá sempre das conveniências do Sistema Municipal de Ensino e da prévia autorização da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

Art. 25. A licença para freqüentar programas de formação profissional poderá ser concedida:

- I. para cursos de especialização, por um prazo máximo de 1 (um) ano;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

II. para cursos de mestrado, por um prazo máximo de 2 (dois) anos;

III. para cursos de doutorado, por um prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 1º. As licenças de que trata este artigo, somente serão concedidas ao profissional estável do magistério para programa de pós-graduação na área educacional ou em áreas afins, sendo que nestes casos, o objeto de estudo/pesquisa deverá contribuir para a qualidade e/ou revisão do Ensino e/ou do Sistema de Ensino Municipal, devendo o candidato comprovar tal requisito no período da licença, sob pena de cancelamento do benefício e do ressarcimento dos vencimentos recebidos.

§ 2º. Os prazos previstos nos incisos II e III, deste artigo, poderão ser prorrogados por, no máximo, seis meses e um ano, respectivamente, mediante solicitação, devidamente justificada das instituições ministradoras dos cursos.

Art. 26. A concessão da licença para participar de cursos de pós-graduação importa no compromisso formal do profissional, de que no seu retorno, irá permanecer, obrigatoriamente, no magistério público municipal, por tempo igual ao da licença, sob a pena do ressarcimento da totalidade dos vencimentos recebidos, devidamente atualizados.

Parágrafo Único – Qualquer outra licença, exceto para tratamento de saúde e a licença gestante, só será concedida após o interstício temporal referido no caput deste artigo.

Art. 27. Depois do cumprimento do estágio probatório, os profissionais podem pleitear licença sem remuneração para tratar de interesses particulares.

§ 1º. O profissional do magistério deverá aguardar em exercício a concessão da licença, salvo em caso de imperiosa necessidade, devidamente comprovada, considerando-se como faltas não justificadas, os dias de ausência, se a licença for negada.

§ 2º. A licença para tratar de interesse particular não poderá exceder a dois anos, podendo ser concedida nova licença depois de decorridos 02 (dois) anos do término e/ou da interrupção da anterior.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

§ 3º. Durante a licença de que trata o caput do Artigo, o profissional do magistério não contará tempo de serviço para qualquer efeito.

Art. 28. Poderá ser concedida ao profissional do magistério, por prazo indeterminado e sem remuneração, licença para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º. A licença será concedida mediante requerimento devidamente instruído e vigorará pelo tempo que durar o afastamento do cônjuge ou companheiro (a) observado o disposto no artigo seguinte, devendo ser renovada de dois em dois anos.

§ 2º. Para quaisquer efeitos, não haverá contagem de tempo de serviço para o profissional do magistério que utilizar da licença de que trata este artigo.

Art. 29. Cessado o motivo da licença, ou não requerida documentadamente à renovação, o profissional do magistério, deverá reassumir o exercício dentro de 30 (trinta) dias, a partir dos quais a sua ausência será computado como falta ao serviço.

Art. 30. Fica garantido ao profissional do magistério, ao término das licenças prêmio e maternidade, o retorno ao setor de trabalho de origem ou para outra unidade em conformidade com o mesmo, de acordo com a conveniência da Secretaria de Educação.

**CAPÍTULO V
DA CEDÊNCIA**

Art. 31. A Cedência é o ato pelo qual o chefe do Poder Executivo Municipal coloca o profissional do magistério, com ou sem remuneração, à disposição de entidade ou órgão que exerce atividade no campo educacional sem vinculação administrativa com a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

§ 1º. A cedência poderá ser efetuada através de Convênio ou de Portaria.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º. A Prefeitura Municipal poderá solicitar o ressarcimento à entidade ou órgão que requerer a cedência, quando o profissional do magistério, for cedido com remuneração.

§ 3º. A cedência para outras funções fora do Sistema de Ensino, só será admitida sem ônus para o sistema de origem do integrante da carreira do Magistério, salvo em casos previstos pela legislação vigente.

Art. 32. A cedência será concedida pelo prazo máximo de 1 (um) ano, sendo renovável se assim convier às partes interessadas.

Art. 33. Quando cedido a Instituições Educacionais Públicas Comunitárias, Confessionais, Filantrópicas ou Sindicais, através de Convênio ou Portaria, o profissional do magistério, fará jus a todos os direitos e vantagens assegurados no sistema de origem.

Art. 34. O profissional do magistério quando cedido para setores ligados à área educacional, perde designação anterior, continuando lotado na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

Parágrafo Único – Terminado o período de cadência, o profissional do magistério será designado para unidade escolar de origem quando existir a vaga ou para outra unidade de ensino ou setores, a critério da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, respeitando o Artigo 115, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Município.

**CAPÍTULO VI
DA READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO**

Art. 35. Readaptação de função é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a capacidade física e/ou psicológica do profissional do magistério, sendo concedida pelo órgão competente, nos seguintes casos:

I. quando ficar comprovada a modificação do estado físico ou das condições de saúde do servidor, que lhe inviabilize a eficiência para a função;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

II. quando o nível de desenvolvimento psicológico do servidor não mais corresponder às exigências da função.

Parágrafo Único. A comprovação da modificação do estado físico ou das condições de saúde bem como da condição psicológica incompatíveis com o exercício de suas funções será atestada pelo laudo médico reconhecido pelo serviço médico municipal credenciado para este fim.

Art. 36. A readaptação de função não acarretará redução na remuneração do profissional.

**CAPÍTULO VII
DOS DEVERES**

Art. 37. O profissional do magistério tem o dever de considerar a relevância social de suas atribuições, mantendo conduta adequada à dignidade profissional, em razão do que deverá:

- I. conhecer e respeitar esta Lei;
- II. preservar os princípios, ideais e fins da educação nacional;
- III. contribuir para a construção de uma ambiência escolar ética, cidadã, democrática e inclusiva;
- IV. utilizar instrumentos didáticos, psicopedagógicos e sociais no acompanhamento do processo científico e tecnológico da educação e sugerir medidas para o aperfeiçoamento dos serviços educacionais;
- V. elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- VI. freqüentar cursos planejados pela Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, destinados à formação, atualização ou aperfeiçoamento;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

VII. participar ativamente dos Planejamentos Escolar e Educacional de sua unidade escolar, em articulação com os núcleos e a Secretaria de Educação.

VIII. comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando atividades com eficiência, compromisso e com competência, comunicando com antecedência os possíveis atrasos e faltas eventuais;

IX. atuar com ética profissional nas ações que promova na comunidade escolar, apresentando atitudes de respeito e consideração para os demais profissionais da unidade escolar;

X. comunicar à autoridade imediata as irregularidades de que tiver conhecimento na sua área de atuação ou às autoridades superiores, no caso desta não considerar a comunicação formulada;

XI. cumprir integralmente o calendário escolar anual, notadamente no que se refere ao número de dias letivos e de horas- aula;

XII. conservar o patrimônio público municipal confiado à sua guarda e uso, no exercício das funções que lhe foram conferidas;

XIII. defender os direitos dos profissionais e primar pela dignidade da classe;

XIV. guardar sigilo profissional;

XV. favorecer o processo ensino-aprendizagem, utilizando métodos, técnicas e conhecimentos científicos que favoreçam o desenvolvimento psicossocial dos alunos;

XVI. colaborar no desenvolvimento de estratégias de recuperação para os alunos com baixo rendimento ou aprendizagem deficitária;

XVII. contribuir com as ações de articulação entre escola, família e comunidade.

**TÍTULO IV
DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO**



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

**CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS**

Art. 38. A carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

I - profissionalização, entendida como dedicação ao magistério, compreendendo qualidades pessoais, formação adequada e permanente;

II - remuneração condigna, respeitando o regime e as condições de trabalho;

III - progressão na carreira, mediante promoções;

IV - valorização da qualificação, decorrente dos cursos específicos para as atividades desenvolvidas;

V - desempenho no trabalho, mediante avaliação segundo parâmetros de qualidade do exercício profissional;

VI – progressão funcional baseada na avaliação do desempenho, capacitação, na titulação e no tempo de serviço.

**CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 39. O quadro funcional do Magistério Público Municipal é constituído por cargos estruturados em classes, desdobradas em referência e agrupadas em matrizes, de acordo com o anexo I.

Art. 40 - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Carreira: a forma de evolução profissional no sentido horizontal e vertical, implicando em diferenciação salarial;

II. Classe: as faixas salariais do mesmo nível, que têm como função diferenciar os profissionais do magistério pela formação profissional;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

III. Progressão: promoção na carreira do magistério, baseada na avaliação do desempenho, na capacitação profissional, na titulação e no tempo de serviço;

IV. Matriz: o conjunto de referências seqüenciais e classes, segundo a formação, habilitação, titulação e qualificação profissional, desempenho e tempo de serviço;

V. Referência: a posição do profissional da educação dentro da classe, que permite identificar a situação do ocupante na estrutura hierárquica horizontal e de remuneração do cargo;

**CAPÍTULO III
DO QUADRO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO**

Art. 41. O quadro ocupacional do Magistério Público Municipal é composta pelos cargos de Professor de Educação Infantil 1 e 2, Professor da Educação Básica 1, 2 e 3, Professor de Educação Física, Professor de LIBRAS 1 e 2, Instrutor de LIBRAS 1 e 2, Assistente Social, Supervisor e Orientador e Psicólogo Educacional, Administrador Escolar, Inspetor, Tradutor e Intérprete de LIBRAS 1 e 2, discriminadas no Anexo II desta lei, com os respectivos números de vagas e a habilitação mínima exigível para o provimento do cargo.

§ 1º. Os cargos de Professor da Educação Infantil 1 e 2 correspondem ao exercício da docência na Educação Infantil.

§ 2º. Os cargos de Professor da Educação Básica 1 e 2 correspondem ao exercício da docência nas séries ou ciclos iniciais do Ensino Fundamental.

§ 3º. O cargo de Professor da Educação Básica 3 corresponde ao exercício da docência das séries ou ciclos finais do Ensino Fundamental.

§ 4º. Os cargos de Professor de LIBRAS 1 e 2 e Instrutor de LIBRAS 1 e 2 correspondem ao exercício da docência na Educação Infantil, nas séries ou ciclos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

§ 5º. Os cargos de Assistente Social, Supervisor e Orientador e Psicólogo Educacional, Administrador Escolar, Inspetor, correspondem ao exercício de



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

Assessoramento Pedagógico na Educação Infantil, nas séries ou ciclos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

§ 6º. Os cargos de Tradutor e Interpretre da Língua Brasileira de Sinais 1 e 2, corresponde ao exercício da interpretação de maneira simultânea e consecutiva da LIBRAS ou língua de sinais de outros países, e da LIBRAS e Língua Portuguesa, atuando em escolas, cursos, palestras, e assessorias direta e indireta no âmbito da administração municipal.

Art. 42. O quadro ocupacional do magistério está distribuído em 05 (cinco) classes (modalidades verticais), designadas pelas letras P(Pedagógico), S(Superior), E(Especialização), M(Mestrado) e D (Doutorado), associadas aos critérios de habilitação ou qualificação profissional para fins de progressão vertical.

§ 1º. Cada classe se desdobra em 10 (dez) referências (modalidade horizontal), designada pelos numerais de 1 a 10, referente à gradação da retribuição pecuniária dentro da classe.

§ 2º. Os valores do vencimento básico bem como a variação entre referências (modalidade horizontal) e classes (modalidade vertical) constam no **ANEXO I**, desta Lei.

Art. 43. As regras para a mudança de referência, deverão ser regulamentadas através de Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da vigência desta Lei.

**CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DO MAGISTÉRIO**

Art. 44. Ao ocupante do cargo de **Professor de Educação Infantil 1 e 2**, compete conduzir o processo ensino e aprendizagem, atendendo crianças na faixa etária de 0 a 5 anos, bem como:

I. planejar com os demais educadores, as atividades a serem realizadas no decorrer do processo educacional em sintonia com as orientações da SEDUC;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

II. realizar atividades individuais e grupais respeitando o estágio de desenvolvimento da criança e as diferenças individuais;

III. elaborar planos de atividade com a equipe multiprofissional;

IV. buscar a renovação constante de sua prática pedagógica, sugerindo à direção a aquisição do material necessário ao bom andamento das atividades;

V. registrar e elaborar relatório de acordo com o desenvolvimento da criança;

VI. participar de outras atividades afins.

Art. 45. Ao ocupante do cargo de **Professor de Educação Básica 1, 2 e 3**, compete: conduzir os processos de ensino e aprendizagem, elaborando e sistematizando o conhecimento além de:

I. ministrar aulas de acordo com horário estabelecido, registrando, no diário de classe o conteúdo lecionado, a frequência do aluno;

II. elaborar e aplicar os instrumentos de avaliação;

III. fornecer a unidade educacional os resultados da avaliação ou recuperação nos prazos fixados no calendário escolar;

IV. comparecer as reuniões e ao planejamento sempre que convocado pela Direção da Escola;

V. sugerir os livros didáticos a serem adotados nos respectivos ciclos ou séries equivalentes;

VI. contribuir para a formação integral do aluno, respeitando as diferenças individuais e considerando as possibilidades e limitações de cada aluno;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

VII. comunicar à Direção os casos de indisciplina, fazendo as devidas observações no diário de classe;

VIII. atender às solicitações da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura e da direção, em tudo que se relaciona com o bem do aluno e da escola;

IX. manter com os integrantes da comunidade escolar, o espírito de colaboração e solidariedade;

X. promover atividades e experiências pedagógicas em sala de aula e em conjunto com outros professores e técnicos, dando conhecimento dessas iniciativas aos setores competentes;

XI. colaborar com a direção escolar, quanto à organização e execução das atividades complementares de caráter cívico, cultural, recreativo, religioso e artístico;

XII. contribuir para o pleno aproveitamento do aluno, não permitindo saídas freqüentes das aulas;

XIII. assinar o livro de ponto, ou consignar a presença em outro processo designado, após a realização de aulas e atividades;

XIV. estabelecer o devido contato com a família do aluno sempre que necessário e/ou quando for solicitado;

XV. orientar o trabalho escolar, bem como qualquer atividades extra classe, relacionada com a matéria que leciona;

XVI. participar de outras atividades afins.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 46. Ao ocupante do cargo de **Professor de Educação Física** compete: planejar e contribuir na execução de atividades físicas recreativas com toda fundamentação pedagógica em várias modalidades, além de:

I. planejar, supervisionar e avaliar os programas e eventos da comunidade escolar;

II. adequar-se ao planejamento escolar com todas as demais disciplinas;

III. realizar atividades físicas com focos nas diretrizes da saúde pública;

IV. planejar e realizar programas que conscientizem os alunos sobre a importância da prática de exercícios para uma melhor qualidade de vida;

V. desenvolver com o corpo discente do 3º e 4º ciclos ou séries equivalentes, eventos esportivos nas diversas modalidades, quando couber;

VI. avaliar o desenvolvimento do aluno a partir da realização de manifestação cultural e corporal.

VII. participar de outras atividades afins.

Art. 47. Ao **Supervisor Educacional** compete: supervisionar as atividades docentes, subsidiando a elaboração, o desenvolvimento e a avaliação do processo ensino-aprendizagem, colaborando e orientando os mesmos na consecução dos objetivos da educação, além de:

I. participar e articular a discussão da Proposta Curricular, assegurando a adequação dos objetivos dos conteúdos e das estratégias metodológicas utilizadas;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

II. acompanhar e subsidiar o professor no processo ensino e aprendizagem, orientando na elaboração e no desenvolvimento dos planos de ensino, sugerindo recursos didáticos, para ter condições de acompanhar o professor em suas dificuldades;

III. construir juntamente com o professor o Planejamento Didático Pedagógico e educacional;

IV. acompanhar sistematicamente o rendimento escolar dos alunos;

V. acompanhar e orientar os professores quanto ao correto preenchimento do Diário de Classe no que diz respeito aos registros de aulas, diagnósticos dos alunos, frequência escolar e outros;

VII. discutir e construir junto aos professores uma proposta de avaliação que leve em consideração o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem;

VIII. acompanhar, monitorar e avaliar o desempenho dos docentes, tendo como foco o processo ensino e aprendizagem dos alunos;

IX. discutir e construir com o professor estratégias que incentivem o hábito de leitura dos alunos;

X. elaborar planejamentos de atividades para superar dificuldades apresentadas pelos professores na sua práxis pedagógica;

XI. acompanhar os conteúdos desenvolvidos em sala de aula verificando se os objetivos do Planejamento Didático Pedagógico foram alcançados;

XII. organizar e participar de programas de Formação Continuada para docentes e/ou técnicos;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

XIII. proporcionar estudos teóricos quanto às questões políticas, sociais, educacionais, ambientais dentre outras temáticas inerentes ao contexto atual;

XIV. participar ativamente das atividades curriculares da escola;

XV. articular o fluxo de comunicação entre as atividades de coordenação pedagógica e as de orientação educacional.

XVI. participar de outras atividades afins.

Art. 48. Ao **Orientador Educacional** compete: participar na elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos da Unidade Escolar, visando o desenvolvimento integral do aluno, apoiando a família, e o corpo docente, visando maximizar o aproveitamento dos alunos, além de:

I. executar, a partir dos critérios estabelecidos, a organização de classes e de grupos;

II. assessorar o trabalho docente, acompanhando o desempenho dos professores em relação ao processo ensino e aprendizagem, o processo de avaliação e apoio pedagógico ao alunado;

III. pesquisar as causas do baixo desempenho do alunado, sugerindo ações que possam reduzir os problemas identificados;

IV. acompanhar a atualizados os registros dos alunos por parte dos professores, bem como manter atualizado o perfil das turmas;

V. participar do Conselho de Classe e, quando designado, presidir o mesmo;

VI. promover atividades de integração escola e família;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

VII. incentivar o desenvolvimento de atividades tais como: programas preventivos de saúde, higiene e segurança, atividades culturais, artísticas e outras;

VIII. auxiliar os alunos na identificação de suas habilidades e competências para que possam fazer opções mais acertadas em relação às suas decisões de escolha.

IX. participar de outras atividades afins.

Art. 49. Ao **Psicólogo Educacional** compete: dar assistência ao corpo discente, docente e aos demais servidores da unidade ou núcleo educacional no tocante ao diagnóstico e solução de problemas de caráter interpessoais visando à completa formação cidadã, apoiando o processo educacional, utilizando conhecimentos e técnicas de ordem psicológica, que favoreçam a integração família-comunidade-escola, com o intuito de promover o desenvolvimento integral do aluno, além de:

I. detectar as dificuldades cognitivas e afetivas dos alunos, realizando aconselhamento e encaminhamento para avaliação nos casos que se fizerem necessária;

II. realizar o acompanhamento psicopedagógicos às crianças e adolescentes que apresentem dificuldades emocionais e de aprendizagem, nas Unidades Educacionais;

III. oferecer subsídios aos educadores e educadoras quanto à elaboração, implementação e avaliação de projetos pedagógicos, sobretudo em relação a alunos portadores de necessidades educativas especiais;

IV. favorecer as relações interpessoais afim de que estabeleça um ambiente laboral harmonioso de forma a minimizar os conflitos existentes;

V. informar aos integrantes da comunidade escolar, quanto aos aspectos psicológicos envolvidos no processo ensino-aprendizagem;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

VI. Interagir com outros setores da escola/creche e/ou setores ligados a SEDUC e outras secretarias da Rede Municipal;

VII. realizar sondagem da realidade escolar para obtenção de um melhor diagnóstico da mesma (diagnose escolar);

VIII. participar das reuniões administrativas buscando alternativas frente às dificuldades escolares;

IX. colaborar no planejamento pedagógico bem como no desenvolvimento de programas de ensino, procurando adaptá-los a dinâmica e avanços evolutivos do educando;

X. participar ativamente das reuniões psicopedagógicas, dos conselhos de classe e dos núcleos, bem como dos encontros com familiares e educadores;

XI. contactar com outros profissionais e/ou instituições para melhor atender às necessidades da comunidade escolar;

XII. contribuir para a formação continuada do educador, visando o contínuo repensar das práticas pedagógicas;

XIII. esclarecer a comunidade escolar acerca de temas diretamente relacionados à política participativa, à melhoria da qualidade de vida e à garantia de direitos;

XIV. participar na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da Escola, propondo ações conjuntas que fortaleçam a gestão participativa;

XV. contribuir para a minimização dos índices de evasão e fracasso escolar;

XVI. favorecer a criação de espaços para articulação, discussão e promoção da cidadania, democracia e direitos humanos.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

XVII. participar de outras atividades afins.

Art. 50. Ao **Assistente Social Educacional** compete: atuar na dimensão sócio-educacional, formulando e implementando propostas para o enfrentamento, de possíveis problemáticas por meio de políticas sócio-educativas pública da educação.

I. encaminhar providências e prestar orientações sociais a indivíduos grupos e comunidades escolares, contribuindo para a defesa, ampliação e acesso aos direitos sociais;

II. participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico e Plano Municipal da Educação;

III. participar da elaboração, execução e avaliação de projetos, programas e planos de caráter sócio educativo que atendam as demandas da comunidade escolar e aos objetivos educacionais propostos pelo Projeto Político Pedagógico;

IV. assessorar os grupos sociais organizados no âmbito da comunidade escolar na perspectiva de viabilizar o processo de mobilização, organização e controle social;

V. realizar estudos investigativos no sentido de conhecer a realidade sócio-educacional, visando à proposição de respostas às demandas identificadas;

VI. conhecer e socializar as informações referentes aos recursos institucionais existentes na comunidade, programando ações inter-setoriais que favoreçam o desenvolvimento do educando, para o exercício da cidadania;

VII. contribuir para o desenvolvimento de ações que favorecem a formação permanente dos Conselheiros Escolares e de outros sujeitos sociais;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

VIII. acompanhar os estágios de Serviço Social desenvolvidos no ambiente escolar, desde que tenha a aceitação do supervisor de campo e acompanhamento de um supervisor acadêmico;

IX. participar de eventos que contribuam para a permanente atualização profissional;

X. sistematizar e divulgar experiências profissionais;

XI. planejar, executar e avaliar eventos de cunho sócio - educativos, em parceria com os demais profissionais da escola, contribuindo para a melhoria do ensino e a democratização da escola pública;

XII. participar de outras atividades afins.

Art. 51. Ao **Inspetor Escolar** compete: orientar e prestar assistência técnica, bem como controlar e verificar o cumprimento dos dispositivos legais, com ênfase da observância do cumprimento da legislação de ensino.

I. realizar nas escolas da rede municipal e escolas privadas de Educação Infantil, inspeções para autorização de funcionamento, de reconhecimento e de rotina, orientando, acompanhando e fiscalizando o cumprimento da legislação e normas em vigor;

II. verificar condições legais para funcionamento da escola, autorização, reconhecimento e o amparo nos dispositivos legais vigentes;

III. avaliar periodicamente as condições físicas da escola, inclusive as instalações físicas e equipamentos;

IV. verificar se os técnicos, os docentes e o pessoal de apoio administrativo possuem registro ou autorização precária para exercer as respectivas funções;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

V. solicitar as providências cabíveis quando constatadas irregularidades relativas aos aspectos institucionais, físicos e humanos;

VI. manter a Direção e o Secretário escolar informados sobre os dispositivos legais e atos oficiais de interesse da unidade escolar;

VII. analisar todo o registro sistemático dos fatos relativos ao funcionamento da escola e a vida escolar do aluno;

VIII. participar de outras atividades afins.

Art. 52. Ao **Administrador Escolar** compete: ser responsável por articular, propor, problematizar, mediar, operacionalizar e acompanhar o fazer político-pedagógico e administrativo da comunidade escolar.

I. conjuntamente com o Conselho Escolar e com os demais componentes da equipe multiprofissional participar das discussões e da elaboração anual do Plano Político-Administrativo-Pedagógico, bem como acompanhar sua execução;

II. garantir espaços para planejamento, discussão, reflexão, estudos, cursos que oportunizem a formação permanente dos trabalhadores em educação e dos demais segmentos da comunidade escolar, enriquecendo o trabalho da escola;

III. cumprir e fazer cumprir as disposições legais, as determinações de órgãos superiores e as constantes deste regimento, juntamente com o Conselho Escolar;

IV. dinamizar o fluxo de informações entre a escola e a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura;

V. socializar as informações entre os diversos segmentos da escola;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

VI. garantir a organização e o funcionamento da escola perante os órgãos do poder público municipal e a comunidade;

VII. assinar expediente e documentos da escola, e juntamente com o secretário da escola, caso haja, assinar toda a documentação relativo à vida escolar do aluno;

VIII. receber os servidores quando do início do seu exercício na escola, procedendo às determinações legais referentes a esse ato;

IX. informar os servidores ingressantes as atribuições de seus respectivos cargos bem como as normas procedimentos da unidade escolar;

X. promover a participação da comunidade nas atividades escolares com vistas à promoção de uma escola inclusiva;

XI. supervisionar as atividades dos serviços e das instituições da escola, bem como a sua atuação junto à comunidade;

XII. programar a distribuição e o adequado aproveitamento dos recursos humanos, técnicos, materiais e institucionais;

XIII. propiciar juntamente com o Conselho Escolar, a realização de estudos e avaliações com os segmentos da escola, visando à melhoria da qualidade da educação na unidade escolar;

XIV - responsabilizar-se pelos atos administrativos, bem como pela veracidade das informações prestadas pela escola;

XV - programar juntamente pelo setor de material, se houver, a utilização de recursos materiais, bem como supervisionar e orientar o recebimento, a estocagem, a utilização e os registros sobre os mesmos;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

XVI - responsabilizar-se pelo cumprimento das atribuições disciplinadas no plano político-pedagógico e administrativo da Escola;

XVII - participar de outras atividades afins.

Art. 53. Ao **Professor e Instrutor de LIBRAS 1 e 2** compete: propiciar ao surdo, o acesso às informações divulgadas pelos canais de comunicação. Em salas de aula, reuniões sociais e profissionais, cursos, palestras, congressos, seminários e outras formas de ações grupais promovidas pela SEDUC, além de:

I. viabilizar a educação bilíngüe-bicultural para portadores de deficiência auditiva por meio do ensino das LIBRAS aos alunos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos, como modelos lingüísticos e culturais da comunidade surda para os alunos surdos desses níveis de ensino;

II. ensinar LIBRAS aos educadores das escolas, aos pais e familiares de alunos portadores de deficiência auditiva, através de cursos específicos para tal fim;

III. acompanhar e supervisionar as escolas que possuam alunos surdos matriculados, verificando a eficiência de aprendizagem;

IV. executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Art. 54. Compete ao **Tradutor e Interprete de Língua Brasileira de Sinais 1 e 2**, viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de surdos, atuando em escolas, cursos, palestras, e assessorias direta e indireta no âmbito da administração municipal, além de:

I. atuar nos concursos e processos seletivos para cursos no âmbito da administração municipal;

II. viabilizar nas salas de aula da rede municipal de educação, o acesso dos alunos surdos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

III. favorecer a acessibilidade aos serviços das áreas de educação, saúde, assistência social e jurídica e às atividades-fim das instituições de ensino;

IV. Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Art. 55. Ao **Diretor e Diretor Adjunto** compete: administrar os estabelecimentos de ensino, além de:

I. participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo alterações necessárias para uma adequação dessa proposta à realidade local;

II. administrar os recursos materiais e financeiros do estabelecimento de ensino, segundo princípios e normas da gestão democrática, definidos na regulamentação do Sistema Municipal de Ensino.

III. fazer cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV. coordenar e acompanhar o trabalho dos diversos profissionais que atuam no estabelecimento de ensino.

V. conservar e buscar a melhoria das instalações físicas primando pelo bom funcionamento dos equipamentos e aparelhos da unidade escolar;

VI. desenvolver ações em parceria com a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura;

VII. coordenar ações articuladas entre a escola, as famílias e a comunidade;

VIII. participar de outras atividades afins.

§1º. Ao Diretor Adjunto cabe substituir o titular nas faltas e impedimentos, contribuindo para a plena execução dos incisos previstos neste artigo, além de conduzir as ações que lhe forem delegadas, no âmbito da gestão compartilhada a que se propõe a unidade escolar.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º. Ao Diretor e Diretor Adjunto que faltarem à escola sem a devida justificativa, bem como, às reuniões e encontros agendados para interesse das unidades escolares serão passíveis de registro de falta e/ou advertência por escrito, anexada em suas fichas funcionais, cabendo, ainda, o devido processo legal nos casos de procedimentos administrativos incompatíveis com as diretrizes legais previstas neste Estatuto.

**CAPITULO V
DA PROGRESSÃO FUNCIONAL**

Art. 56. A carreira do Magistério Público Municipal está baseada exclusivamente na titulação, na qualificação, no desempenho do trabalho e no tempo de serviço do profissional, e poderá ocorrer:

I. Verticalmente, de uma classe para outra, dentro do mesmo cargo, mediante a obtenção de grau de habilitação profissional mais elevado.

II. Horizontalmente, de uma referência para outra, dentro da mesma classe e cargo, a cada 3 (três) anos, mediante avaliação de desempenho, a capacitação obtida e do tempo de serviço.

Parágrafo Único – Em qualquer hipótese, as progressões horizontal e vertical somente poderão ocorrer após o cumprimento do período de estágio probatório.

Art. 57. A **Progressão Vertical** dar-se-á, quando o profissional do magistério obtiver, em Universidades ou Institutos Superiores de Educação, devidamente reconhecidos, cursos de licenciatura plena em pedagogia com habilitação na área objeto à do cargo de que é detentor na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura do Município de Campina Grande, dispensados quaisquer interstício.

Parágrafo Único - A Progressão Vertical far-se-á mediante requerimento do interessado à Secretaria de Administração, ao qual deverá ser anexada a documentação comprobatória da titulação obtida, cabendo a Secretaria de Educação por meio de Comissão competente, analisar e deliberar sobre o pedido.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 58. Para efeitos da Progressão Vertical, serão aplicados os seguintes percentuais entre as classes:

- I. da classe P para a classe S: 15% (quinze por cento).
- II. da classe S para classe E: 20% (vinte por cento).
- III. da classe E para classe M: 30% (trinta por cento).
- IV. da classe M para classe D: 40% (quarenta por cento).

Art. 59. A **Progressão Horizontal** ocorrerá pela qualificação do trabalho docente, satisfazendo ainda os critérios de:

- I. avaliação de desempenho;
- II. capacitação em cursos oferecidos pela Secretaria de Educação, Esporte e Cultura ou por instituições credenciadas;

Art. 60. A definição dos critérios e parâmetros, bem como dos procedimentos a serem adotados para efeitos da progressão horizontal, far-se-á em regulamentação própria, num prazo máximo de 3 (três) meses a partir da entrada em vigor da presente Lei, cuja elaboração deverá ser garantida a participação dos profissionais da educação e entidades representativas da categoria.

Art. 61. Os títulos de pós-graduação stricto-sensu, para fins previstos nesta Lei, realizadas no exterior devem ser revalidados por Instituição Brasileira, credenciada para este fim.

Art. 62 - Para todos os efeitos, aplicar-se-á a progressão horizontal ao profissional do magistério, seu dependente ou pensionista, que no ato da publicação do deferimento do processo de progressão, tenha se aposentado ou falecido.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 63. Caberá a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura instituir uma Comissão de Gestão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, composta por 05(cinco) membros, a saber:

- I. 2 (dois) representantes da SEDUC;
- II. 2 (dois) representantes indicados pela coordenação do SINTAB;
- III. 1 (um) representante indicado pelo Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único – Caberá a Comissão de Gestão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal:

- I. prestar assessoramento ao titular da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, na elaboração das normas complementares a esta Lei;
- II. acompanhar e avaliar a execução dos dispositivos desta Lei, propondo as alterações que se fizerem necessárias ao melhor alcance de suas finalidades;
- III. opinar sobre pedidos de progressão e afastamento.

**CAPÍTULO VI
DA DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA**

Art. 64. Compete ao titular da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura a designação de profissional do Magistério para os cargos de Diretor e de Diretor Adjunto de estabelecimento de ensino fundamental e de unidade de educação infantil, mediante processo eleitoral de acordo com a Lei Municipal 3.927/2001.

§ 1º. Apenas será designado, para qualquer dos cargos de que trata este Artigo, o profissional do magistério que:

- a) ocupe cargo de Carreira do Magistério Público Municipal e seja estável no serviço público;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

b) apresente a formação obtida em curso de graduação ou de pós-graduação, que compõem o Quadro do Magistério de acordo com o artigo 8º inciso III da Lei Municipal 3.927/2001.

c) que seja lotado há, no mínimo, 01 (um) ano na unidade de Ensino.

d) tenha sido escolhido pela comunidade escolar para a função, mediante processo eleitoral, cuja inscrição dependerá de prévia participação em curso de formação específica com avaliação de frequência e de desempenho.

§ 2º - Na ausência do processo eleitoral a escolha dar-se-á em processo de consulta realizada segundo as normas estabelecidas no artigo 34 da Lei municipal 3.927/2001.

Art. 65. O Diretor e o Diretor Adjunto, eleitos conjuntamente, exercerão o mandato por três anos, permitido uma recondução para um período subsequente.

Art. 66. Deverão ser designados Diretores Adjuntos para as unidades escolares que:

I. sejam nucleadas e funcionem no turno da noite;

II que não sejam nucleadas, mas que possuam pelo menos duas turmas funcionando à noite ou as que tenham mais de 500 alunos;

III. as que funcionem em tempo integral.

Parágrafo Único – às escolas que possuam acima de 950 alunos serão designados 2 (dois) Diretores Adjuntos.

**TÍTULO V
DA REMUNERAÇÃO E VANTAGENS**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 67. A remuneração dos profissionais do Magistério Municipal é composta pelo vencimento básico acrescidos das vantagens e/ou gratificações devidas, fixadas na legislação municipal.

Art. 68. A isonomia de vencimentos será assegurada pela remuneração uniforme do trabalho prestado por profissionais da mesma classe ou categoria funcional e da mesma titulação.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por remuneração o vencimento e as vantagens pecuniárias previstas em lei.

Art. 69. O vencimento básico é fixado para a classe inicial da carreira do magistério, conforme tabela de vencimentos, **Anexo I** desta Lei.

Parágrafo Único – Fica estipulado o percentual de 3% (três por cento) do vencimento base, a ser aplicado de uma referência para outra dentro da mesma classe.

**CAPÍTULO II
DA GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO A DOCÊNCIA**

Art. 70. Aos Professores em efetivo exercício de sala de aula será concedida uma Gratificação de Estímulo a Docência - GED de 15% (quinze por cento) do vencimento básico do profissional.

§ 1º. A concessão da GED ocorrerá durante o período letivo, excetuando-se o mês de janeiro.

§ 2º. Quando a jornada de trabalho desenvolvida for inferior à mínima estipulada na Lei, a GED será reduzida na mesma razão da redução de horas aula.

§ 3º. Os professores designados para o exercício do cargo de Diretor Escolar e Adjunto, durante o este período, não perceberão a Gratificação de que trata o caput deste artigo.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

**CAPÍTULO III
DO ADICIONAL DE TURNO EXTRAORDINÁRIO**

Art. 71. Os Professores do Magistério Público Municipal, convocados para jornada de trabalho em dois turnos, com regência de duas turmas, para atender, preferencialmente, a necessidades emergenciais, de caráter temporário, perceberá por uma das turmas, o Adicional de Turno Extraordinário (ATE), de valor igual ao vencimento do profissional.

Parágrafo Único – A jornada de trabalho a que se refere este artigo é facultativa, à critério da Secretaria de Educação do Município.

**CAPÍTULO IV
DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE DIREÇÃO ESCOLAR**

Art. 72. Os profissionais do magistério designados para o exercício da função de Diretor de Unidade Escolar do Ensino Fundamental e das Unidades de Educação Infantil terão direito a uma Gratificação de Função (GF), de acordo com os seguintes critérios:

I. Unidade Escolar de Ensino Fundamental com até 200 alunos, perceberá uma Gratificação de Função de Direção Escolar – GFDE-1, no valor de 70% (setenta) por cento do vencimento básico inicial do cargo de Professor de Educação Básica 1;

II. Unidade Escolar de Ensino Fundamental com 201 até 500 alunos matriculados, perceberá uma Gratificação de Função de Direção Escolar – GFDE-2, no valor igual ao vencimento básico inicial de Professor de Educação Básica 1 com um acréscimo de 5% (cinco por cento);

III. Unidade Escolar de Ensino Fundamental com 501 até 1.000 alunos matriculados, perceberá uma Gratificação de Função de Direção Escolar – GFDE-3 de valor igual ao vencimento básico inicial do Professor de Educação Básica 1 com um acréscimo de 10% (dez por cento);



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

IV. Unidade Escolar de Ensino Fundamental acima de 1.000 alunos matriculados, perceberá gratificação de função de valor igual ao vencimento base inicial do cargo de Professor de Educação Básica 1 acrescido de 15% (quinze) por cento;

V. Unidade Escolar de Educação Infantil, onde funcionam turmas do **maternal e pré-escolar**, perceberá uma Gratificação de Função de Educação Infantil – GFEI-1 no valor de 70% (setenta) por cento do vencimento base inicial do cargo de Professor de Educação Básica 1;

VI. Unidade Escolar de Educação Infantil, onde funcionam turmas do **maternal, pré-escolar e berçário** perceberá Gratificação de Função de Educação Infantil – GFEI-2 de valor igual a 100% (cem) por cento do vencimento base inicial do cargo de Professor de Educação Básica 1 com um acréscimo de 5% (cinco) por cento.

Parágrafo Único: Os profissionais designados para o exercício do cargo de Diretor Adjunto perceberão uma Gratificação de Função, correspondente a 50% (cinquenta) por cento da Gratificação de Função de Direção do seu titular.

Art. 73. Os ocupantes dos cargos de Diretor de Unidade Escolar do Ensino Fundamental e de Unidades da Educação Infantil, obrigatoriamente, devem cumprir 40 (quarenta) horas e os Diretores Adjuntos uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

**CAPÍTULO V
DA GRATIFICAÇÃO DE ACESSORAMENTO PEDAGÓGICO**

Art. 74. Os profissionais do magistério que oferecem assessoramento pedagógico direto às atividades de docência, nas funções de inspeção, supervisão, orientação, administração escolar, psicologia educacional e serviço social educacional, farão jus a uma Gratificação de Função (GF), de acordo com a natureza de seu trabalho e conforme os seguintes critérios:

- I. GAP-SE, destinada à Supervisão Educacional;
- II. GAP-OE, destinada à Orientação Educacional;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

- III. GAP-IE, destinada à Inspeção Educacional;
- IV. GAP-ADE, destinada à Administração Escolar;
- V. GAP-PSE, destinada à Psicologia Educacional;
- VI. GAP-ASE, destinada ao Serviço Social Educacional.

Art. 75. A Gratificação de Assessoramento Pedagógico será correspondente a 100% (cem) por cento do vencimento básico do profissional.

Art. 76. A Gratificação de Assessoramento Pedagógico somente será concedida aos profissionais que se encontram no cumprimento de uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

**CAPÍTULO V
DA GRATIFICAÇÃO DE ACESSO DIFÍCIL**

Art. 77. Farão jus a uma Gratificação de Acesso Difícil – GAD, àqueles profissionais do magistério que trabalham em escolas da zona rural e distritos considerados de difícil acesso.

Parágrafo Único – Considera-se de acesso difícil, a Escola localizada a mais de 3 (três) quilômetros de distância da residência do profissional do magistério e não houver meio de transporte regular ligando estas regiões, incluindo o transporte escolar.

Art. 78. A GAD prevista no artigo anterior, será de 15% (quinze por cento) do valor do vencimento básico do profissional e será concedida pelo período de 01 (um) ano, por solicitação do interessado, podendo ser renovada após parecer da Gerência de Ensino Fundamental e aprovação pelo titular da Secretaria de Educação Esporte e Cultura.

Parágrafo Único - Serão dispensados do recebimento da GAD, a qualquer época, os profissionais do Grupo do Magistério que deixarem de atuar em escolas da zona rural ou nos Distritos.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

**CAPÍTULO V
DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADES ESPECIAIS**

Art. 79. Farão jus a uma Gratificação de Atividades Especiais – GAE, de até 15% (quinze) por cento do vencimento básico do professor, os professores que trabalham em Escolas para alunos portadores de necessidades especiais e possuam cursos com habilitação na área objeto ou cursos de formação continuada para esse fim,

Parágrafo Único - A gratificação de que trata o *caput* deste artigo, somente será concedida durante o período em que o professor estiver no pleno exercício de sala de aula.

Art. 80. Os professores que comprovadamente tiverem em suas turmas regulares, pelo menos (03) três alunos portadores de necessidades especiais, perceberão uma Gratificação de Atividades Especiais correspondente a 5% (cinco) por cento do vencimento básico do professor, por aluno matriculado na turma.

§ 1º. A GAE será concedida pelo período de 01 (um) ano, podendo ser renovada, após parecer favorável da Gerência do Ensino Fundamental e /ou Educação Infantil.

§ 2º. Perderão a GAE, a qualquer época, os professores que deixarem de atuar em escolas para portadores de necessidades especiais ou deixarem de ter em suas turmas regulares pelo menos 3 (três) alunos portadores de necessidades especiais.

Art. 81. A concessão da Gratificação de Atividades Especiais dar-se-á por ato do titular da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

**TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS.**



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 82. O aproveitamento dos servidores será realizado através de Decreto do Poder Executivo, procedendo-se a transposição dos atuais profissionais para os cargos das classes de idêntica denominação e respectivas especificações, no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração estabelecido nesta Lei, observados os critérios de habilitação, titulação e tempo de serviço.

§ 1º. O aproveitamento, em nenhuma hipótese, acarretará redução de vencimentos.

§ 2º. Os servidores efetivos que possuem valores incorporados terão todos os seus direitos assegurados.

Art. 83. Os cargos de Auxiliar de Ensino comporão o Quadro Suplementar conforme o ANEXO III.

§ 1º. Os servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Ensino, aproveitados no neste Plano de Carreira conforme os requisitos da Lei 9.394/96 permanecerão nos respectivos cargos até sua vacância, e gozarão de todas as vantagens da carreira estabelecidas neste Plano.

§ 2º. Os cargos do quadro de que trata o caput, serão extintos quando ocorrer o desligamento do seu titular, por aproveitamento, aposentadoria, exoneração ou falecimento.

Art. 84. A Secretaria de Educação, Esporte e Cultura estimularão os profissionais da educação sem a formação estabelecida na Lei 9.394/96, a buscarem habilitação profissional, a fim de que possam atingir gradativamente a qualificação superior exigida para o exercício do magistério.

Art. 85. Somente ocorrendo imperiosa necessidade de serviço, por aumento da demanda de vagas nas escolas, concessão de licença prêmio, licença gestante ou qualquer outro tipo de afastamento de professores, poderão ser contratados docentes em caráter temporário, com a denominação de Professor Substituto.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

§ 1º. Os professores de que trata este Artigo não poderão ser contratados por período superior a 01 (um) ano, mediante seleção, a critério da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, que deverá baixar norma específica, inclusive com elaboração e publicação de respectivo edital, que será publicado no Semanário Oficial do Município.

§ 2º. Os professores substitutos devem possuir a habilitação conforme os critérios estabelecidos na Lei 9.394/96 e a formação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 86. Os profissionais do magistério que em 28/02/2001, ocupavam cargos de nível médio, terão direito à Progressão por Titulação desde que os cursos superiores realizados sejam na área correlata a do cargo de que é detentor na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

Parágrafo Único – O efeito financeiro da Progressão por Titulação mencionada no caput deste artigo passa a vigor a partir do deferimento do processo do interessado.

Art. 87. Todas as vantagens decorrentes da implantação deste Plano de Cargos terão efeito a contar da data do seu deferimento, devendo o mesmo ocorrer, no máximo, em 30 (trinta) dias.

Art. 88. Aos servidores fica assegurada a irredutibilidade de vencimento, adequando-se os valores à tabela de vencimentos do cargo e categoria de que faz parte, respeitando-se a classe e a referência de cada profissional.

Parágrafo Único – As eventuais diferenças à menor no vencimento base dos servidores na mesma classe e referência decorrentes da aplicação desta Lei, serão pagas desde que o servidor solicite através de requerimento a Secretaria de Administração, no máximo, em 12 meses a partir da entrada em vigor desta Lei.

Art. 89. Aos auxiliares de serviços gerais que trabalham nas unidades escolares exercendo a função de Merendeira, fica assegurada uma Gratificação denominada pó-de-carvão de 20% (vinte) por cento do vencimento básico da categoria.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 90. Os valores dos vencimentos previstos na Tabela de Vencimentos (anexo I), serão corrigidos em 2009 e 2010, na proporção direta do incremento das transferências do FUNDEB, a partir do mês de maio dos anos citados, resguardando os limites prudenciais e/ou legais de despesas com pessoal e a garantia de recursos para manutenção e expansão da Rede Municipal de Ensino.

Art. 91. A Gratificação de Estímulo à Docência (GED), disposta no Art. 71, será implantada de forma progressiva: O percentual de 5% (cinco por cento) a partir de junho de 2008; 10% (dez por cento) em 2009 e; 15% (quinze por cento) em 2010, sendo que nestes dois últimos anos, a implantação ocorrerá no mês de maio.

Art. 92. A alteração dos valores da Gratificação de Função de Direção Escolar, prevista no Art. 75, será aplicada a partir de 2009, de forma progressiva, da seguinte forma: 50% no primeiro ano e 50% em 2010).

Art. 93. Aos servidores do Magistério com vencimento básico acima da décima referência da tabela (anexo I), fica garantida a irredutibilidade dos vencimentos

Art. 94. As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento vigente da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

Art. 95. Esta Lei entra em vigor no prazo de 45 dias de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VENEZIANO VITAL DO REGO SEGUNDO NETO
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL

Classe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	920,29	947,90	976,34	1.005,63	1.035,79	1.066,87	1.098,87	1.131,84	1.165,80	1.200,77
M	858,99	884,76	911,30	938,64	966,80	995,80	1.025,68	1.056,45	1.088,14	1.120,79
E	797,59	821,52	846,16	871,55	897,69	924,63	952,36	980,94	1.010,36	1.040,67
S	736,25	758,34	781,09	804,52	828,66	853,52	879,12	905,49	932,66	960,64
P	613,54	631,95	650,90	670,43	690,54	711,26	732,60	754,58	777,21	800,53



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II
QUADRO OCUPACIONAL DO MAGISTERIO

GRUPO OCUPACIONAL DOCÊNCIA

Denominação dos cargos	Escolaridade e formação exigida	Quant. Atual	acrécimo proposto	Novo quant.
Professor de Educação Infantil 1	Formação Pedagógica de Nível Médio (Normal - Pedagógico ou similares)	270	500	770
Professor de Educação Infantil 2	Licenciado em Pedagogia com habilitação em Magistério das séries iniciais	500	450	950
Professor de Educação Básica I	Formação Pedagógica de Nível Médio (Normal - Pedagógico ou similares)	1200	1500	2700
Professor de Educação Básica 2	Formação Superior: Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Magistério das Séries Iniciais	500	200	700
Professor de Educação Básica 3	Formação Superior: Licenciatura em disciplina específica, para atender séries de 5ª a 8ª.	400	200	600
Professor de Educação Física	Formação Superior: Licenciatura em Educação Física	150	50	200
Professor de LIBRAS 1	Formação Pedagógica de Nível Médio (Normal com formação bilíngüe em LIBRAS Língua Portuguesa escrita)	00	20	20
Professor de LIBRAS 2	Superior: Licenciatura em Pedagogia com formação bilíngüe em LIBRAS e Língua portuguesa escrita.	00	20	20
Instrutor de LIBRAS 1	Formação de Nível médio modalidade normal, com formação bilíngüe.	00	20	20
Instrutor de LIBRAS 2	Formação Superior: Licenciatura plena em Letras: LIBRAS ou em Letras: LIBRAS/Língua portuguesa como segunda língua			

GRUPO OCUPACIONAL DE ACESSORAMENTO PEDAGÓGICO

Administrador Escolar	Formação superior em Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar	10	10	20
Inspetor Escolar	Formação superior em Pedagogia com habilitação em Inspeção Escolar	05	00	05
Supervisor Educacional	Formação superior em Pedagogia com habilitação em Supervisão Educacional	210	210	420
Orientador Educacional	Formação superior em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional	80	80	160
Psicólogo Educacional	Formação superior em Psicologia com habilitação em Psicologia Educacional	50	50	100
Assistente Social Educacional	Formação superior em Serviço Social com habilitação em Assistência Social Educacional	80	80	160
Tradutor de LIBRAS 2	Formação em nível Superior de Tradução e Interpretação com habilitação em LIBRAS/Língua Portuguesa	00	25	25
Intérprete de LIBRAS 2	Formação em nível Superior de Tradução e Interpretação com habilitação em LIBRAS/Língua Portuguesa	00	25	25



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

**ANEXO III
QUADRO SUPLEMENTAR: CARGO EM EXTINÇÃO**

Auxiliar de Ensino	Formação Pedagógica de Nível Médio (Normal - Pedagógico ou similares)	59	00	59
--------------------	---	----	----	----